

A INFLAÇÃO BRASILEIRA

FALSO DIAGNÓSTICO: A INFLAÇÃO

*Ignacio M. Rangel**

Entre os falsos diagnósticos da presente crise econômica brasileira, a inflação somente disputa o primeiro lugar, como causa eficiente, com a dívida, especialmente com a dívida externa. Ainda agora, quando foi mister buscar uma saída para a crise, na ilusão de que bastaria construir um consenso dos elementos mais representativos do corpo social e do Estado, o notório Pacto entrou a ser negociado em torno da inflação. Tal e qual como quando nos lançamos à incoseqüente aventura do Plano Cruzado. Como se a estabilidade dos preços fosse uma simples questão de consenso e como se a crise em que estamos imersos fosse uma simples questão de estabilidade dos preços.

Ora, sem que isto exclua a presença de uma recessão endógena, qualquer estudo sério do problema deve obrigatoriamente começar pela crise mundial, ou Fase **b** do IV Ciclo de Kondratiev. Noutros termos, a economia mundial está em crise, e de causar espécie seria que nós próprios não estivéssemos participando dessa crise. Claro está que, desde muito, o Brasil se mostra capaz de engendrar endogenamente seus próprios ciclos breves, os quais, tendo um comprimento de onda diferente dos ciclos longos — que são mundiais —, tanto podem agravar como amenizar a conjuntura universal.

Mais ainda: os ciclos longos, até aqui, trouxeram, para o Brasil, mudanças estruturais, ou de regime. Assim é que, com a Fase **b** do I Ciclo de Kondratiev, num óbvio esforço de ajustamento à fase recessiva deste, tivemos a Independência; com a Fase **b** do II Ciclo de Kondratiev, tivemos a Abolição e a República; finalmente, com a fase recessiva do III Ciclo Longo, tivemos a Revolução de 30, que nos deu a industrialização.

* Economista, membro do Conselho Federal de Economia e ex-Presidente do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro.

O IV Kondratiev entrou gradativamente a deslizar para o seu coroamento, isto é, para a Fase **b** ou recessiva, com a crise do petróleo em 1973. Encerrava-se o quartel de século aberto no pós-guerra (1948), durante o qual a economia mundial — Leste e Oeste; Norte e Sul — se desenvolveu a ritmos sem precedentes, embora, no caso do mundo capitalista, esse desenvolvimento tenha sido pontilhado por flutuações econômicas de outra etiologia, isto é, não subordinadas ao ciclo longo, tal como aconteceu com o Brasil, onde, além da flutuação mundial, tivemos flutuações mais ou menos decenais, explicáveis por fatos endógenos.

Aparentemente, o planejamento socialista conseguiu suprimir, ou quase, essas flutuações de prazo mais breve, mas era uma questão aberta essa de saber se dito planejamento superaria também o movimento de longo prazo. Uma questão já resolvida em nossos dias, visto que o mundo socialista ingressou numa fase recessiva — ou **estagnacionista**, na expressão de Gorbatchov — concomitantemente com o mundo capitalista. Resta, como questão aberta, a possibilidade de que um planejamento mais refinado possa superar essa estagnação — afinal de contas, um fato de alcance mundial — antes que o centro dinâmico capitalista o faça. Nessa hipótese, o centro dinâmico da economia mundial terá mudado, mais uma vez, como vem fazendo a cada ciclo longo.

A superação das fases recessivas dos ciclos — dos breves, como dos Longos — resulta de mudanças institucionais, as quais se fazem através da ação dos homens, isto é, do corpo social, vale dizer, da negociação de novos pactos de poder, mas isso não quer dizer que sejamos livres para escolher entre o velho e o novo pacto. Não seria a primeira vez que o Brasil escapa ao imperativo da conjuntura mundial: como fizemos com o lançamento de nossa industrialização, nas condições de uma depressão mundial. Para isso, porém, é mister que nos deixemos inspirar pela **essência** do fenômeno, não pelos epifenômenos. Ora, a inflação é um **epifenômeno**. Muito mais sintoma de uma crise do que causa profunda desta.

Nossa presente crise — a mais prolongada desde que, nos anos 30, começou nossa industrialização — tem dois aspectos a considerar. Por um lado, integra a recessão mundial correspondente ao IV Ciclo Longo, mas isso não quer dizer que devamos esperar, para superá-la, que os países integrantes do centro dinâmico mundial sintetizem nova tecnologia. Somos ainda uma economia periférica, que pode arquitetar um ambicioso plano de desenvolvimento, à base da aplicação da tecnologia já provada nos países da vanguarda, ao passo que estes, como regra geral, deverão aguardar o amadurecimento de nova tecnologia que justifique o sucateamento de instalações criadas à base da tecnologia recém-implantada.

Por outro lado, é uma crise endógena. Em sua origem acha-se o fato de que a economia brasileira, embora dispondo de uma indústria leve e de

uma indústria pesada relativamente diversificadas e vigorosas, dotadas de capacidade produtiva maior que a demanda efetiva já engendrada para os seus produtos, deixou-se retardar no que concerne à capacidade instalada de toda uma série de grandes serviços de utilidade pública. Estes estão carecidos de vultosos investimentos, mas o problema das fontes para ditos investimentos permanece sem solução — e, muito provavelmente, assim permanecerá — enquanto o enquadramento institucional presente perdurar. Esses serviços estão organizados como **serviços públicos concedidos a empresas públicas**, enquadramento que submete a duras provas as finanças do Estado.

A presente inflação reflete esse estado de coisas, e seria ilusório supor que ela poderá ser superada, até que as atividades que deverão responder pelo esforço principal de formação de capital recebam novo enquadramento institucional que permita aliviar a atual pressão sobre as finanças do Estado — e, afinal, sobre a moeda. Muito antes que a crise alcançasse a presente agudeza, insistimos na necessidade de resolver o problema via substituição da concessão dos serviços públicos a empresas públicas pela **concessão dos mesmos serviços a empresas privadas**. Somente assim tocaremos o fundo da questão.

Nosso presente ciclo breve encerra, provavelmente, a série de ciclos endógenos que têm pontilhado nossa industrialização. O **setor privado** do sistema está dotado de elevado potencial de liquidez, proporcionalmente às oportunidades de investimento ao seu dispor. Inversamente, o **setor público** esgotou seu potencial de liquidez, principalmente agora, quando entrou a emitir dinheiro, não mais para atender às necessidades do sistema financeiro nacional, mas para atender às necessidades de sua própria caixa: da Caixa do Tesouro do Estado. A inflação implícita é **qualitativamente** diferente da tradicional, porque é galopante desde a origem.

O estado das contas externas é, também, qualitativamente diferente desse que tem acompanhado nossa industrialização. Tínhamos antes uma crônica insuficiência da capacidade para importar, o que quer dizer que, desde que o mercado mundial nos oferecesse capitais, não apenas os poderíamos receber, como a entrada desses recursos desfogaria a situação interna. Inversamente, somos agora confrontados com um "superavit" sem precedentes da balança comercial — seguramente maior do que o oficialmente reconhecido, porque a receita fica subestimada, à vista do óbvio subfaturamento das exportações, enquanto a despesa é superestimada, à vista do não menos óbvio superfaturamento das importações.

Como temos uma pesada dívida externa, a destinação do saldo em conta corrente, que está implícito em tão vultoso saldo comercial, pode parecer óbvia: o serviço da dívida e seu gradativo resgate. As coisas não

são tão simples, porém, porque o saldo pertence ao setor privado, ao passo que a dívida incumbe ao setor público.

Temos aí uma razão suplementar para a privatização dos serviços de utilidade pública: liberar recursos do setor público para o serviço da dívida; da **dívida externa**, pela razão exposta, e da **dívida interna**, porque o endividamento interno do Estado está levando a taxa de juros — componente obrigatória dos custos para onde se devem orientar as tarifas dos serviços públicos — a níveis insuportáveis.